

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N°....., DE 2020

(Do Sr. LÉO MORAES)

Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, sobre as ações da pasta em apoio à população que necessita realizar perícias do INSS e a situação de trabalho nas Agências da Previdência.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como no exercício constitucional fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional, perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X, da CF), vimos perante Vossa Excelência, solicitar que seja encaminhado ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, pedido de informações concernentes ao planejamento de ações em apoio à população que necessita realizar perícias do INSS e a situação de trabalho nas Agências da Previdência.

1. *Quais ações estão sendo tomadas para viabilizar o atendimento dos trabalhadores que necessitam de perícia do INSS ?*
2. *Os peritos reclamam de estrutura incompatível com os protocolos sanitários para a prevenção de combate ao COVID-19. O Secretário Especial Bruno Bianco alega que teria estruturado as agências aos protocolos. A Justiça Federal no DF proibiu o retorno dos peritos e o corte do ponto. A Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social alega que os protocolos não foram seguidos. Nesse sentido o que impede o Governo Federal de cumprir os protocolos do Ministério da Saúde e fazer valer uma normativa essencial para a segurança do trabalho? Caso os peritos estejam fazendo exigências excedentes ou dificultando o retorno ao trabalho, porque o Ministério da Economia não adota atitudes drásticas como o corte do ponto e a contratação temporária como forma de atender a população que precisa de atendimento urgente da perícia para poder fazer valer os seus direitos, como auxílio Previdenciário ou autorização para retorno ao trabalho, como por exemplo ?*
3. *Solicitamos cópia das notas técnicas e pareceres jurídicos que estejam subsidiando as atitudes deste Ministério, como forma de viabilizar o atendimento emergencial da perícia nas agências da previdência em todo o País.*
4. *De que forma o Poder Legislativo pode ajudar nesse retorno do atendimento?*

JUSTIFICAÇÃO

A doença do coronavírus 2019 (COVID-19), declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS, assola o mundo inteiro e o Brasil. No Brasil, o Ministério da Saúde registra mais de 4,5 milhão de casos confirmados e 138 mil mortos.

Em nosso país, a disseminação da COVID-19 resultou no reconhecimento do estado de calamidade pública por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, demonstrando a gravidade da situação. A severidade da pandemia incita estados e municípios a impor medidas drásticas, na tentativa de impedir a disseminação da doença.

Esse Estado de Calamidade, que muitas vezes foi subestimado tem transformado o Brasil em um dos piores exemplos de estratégia no combate ao COVID-19 no mundo, estando entre os países com maior número de mortes e contaminados.

Os médicos peritos da Previdência Social se recusam a realizar o trabalho de perícia que se faz necessário na ampla maioria dos casos, de ser uma consulta médica presencial. Fazendo com que milhares de trabalhadores fiquem sem os auxílios da previdência e por outro lado, sem poder voltar às suas atividades profissionais se for o caso. O desemprego no país bate recorde, não podemos deixar com que o caos social se instale.

O governo determinou a volta dos peritos ao trabalho presencial na semana passada. Mas a ANMP não quer retomar as atividades. Argumenta que as agências do INSS, reabertas depois do fechamento por causa da pandemia de Covid-19, ainda não cumprem as especificações de segurança sanitária.

Enquanto o governo e a categoria dos peritos travam uma queda de braço, o país tem cerca de 1,5 milhão de processos na fila do INSS, incluindo 790.390 que aguardam perícia médica.

Ao todo, o INSS tem 3,5 mil peritos, mas poucas agências estão liberadas para o retorno desses profissionais – e parte deve seguir em trabalho remoto.

Nesse sentido é que solicitamos a Vossa Excelência as informações acima, pois necessitamos de ações planejadas que produzam resultados imediatos, diante do aumento vertiginoso do número de perícias nas agências da previdência e como consequência um agravamento da fila do desemprego.

Pelo exposto, apresento esse Requerimento de Informação e solicito com a máxima urgência as informações.

Sala das sessões,

Deputado LÉO MORAES
Líder do Podemos